

# Atividade comunitária, estima de lugar e conscientização: uma análise da participação social do movimento Resistência Vila Vicentina

Communitarian activity, esteem for the place and conscientization: an analysis of the social participation of the *Resistência Vila Vicentina* movement

*Actividad comunitaria, estima de lugar y conscientización: un análisis de la participación social del movimiento Resistência Vila Vicentina*

Fábio Pinheiro Pacheco<sup>1</sup>  
Zulmira Aurea Cruz Bomfim<sup>1</sup>

Recebido em: 08/07/2020; revisado e aprovado em: 03/11/2020; aceito em: 28/12/2020  
DOI: <http://dx.doi.org/10.20435/inter.v23i1.3120>

**Resumo:** Analisa-se a relação entre a participação em atividades comunitárias, o Índice de Estima de Lugar e o processo de conscientização de moradores de uma comunidade ameaçada de desapropriação em Fortaleza, Ceará. Trata-se de um estudo misto, realizado com 17 moradores da comunidade Vila Vicentina (Fortaleza, Ceará), que responderam à Escala de Estima de Lugar e participaram, individualmente, de uma entrevista semiestruturada. Dentre os resultados, observa-se a organização de atividades de I) resgate, preservação e construção histórica da comunidade; II) recreação; III) discussão e mobilização; e IV) diálogo com representações da sociedade civil e jurídica. A participação ativa repercutiu em I) uma maior estima potencializadora; II) mais engajamento na própria luta e nas de outras comunidades; e, conseqüentemente, III) maior abertura no processo de conscientização.

**Palavras-chave:** participação; estima de lugar; atividade comunitária; conscientização.

**Abstract:** We analyze the relationship between participation in the communitarian activity, the Esteem for the Place Index, and the conscientization process among residents of a community threatened with expropriation in Fortaleza, Ceará. This is a mixed study conducted with 17 residents of the Vila Vicentina community (Fortaleza, Ceará), who responded to the Esteem for the Place Scale and participated, individually, in a semi-structured interview. Among the results, there is the organization of activities of I) rescue, preservation, and historical construction of the community; II) recreation; III) discussion and mobilization; and IV) dialogue with representatives of civil and legal society. The active participation reflected in I) higher potentiating esteem for the place; II) more engagement in the resistance itself and those of other communities; and, consequently, III) a higher openness to the conscientization.

**Keywords:** participation; esteem for the place; communitarian activity; conscientization.

**Resumen:** Se analiza la relación entre la participación en actividades comunitarias, el Índice de Estima del Lugar y el proceso de concientización entre los residentes de una comunidad amenazada de expropiación en Fortaleza, Ceará. Este es un estudio mixto realizado con 17 residentes de la comunidad de Vila Vicentina (Fortaleza, Ceará), quienes respondieron a la Escala de Estima de Lugar y participaron, individualmente, de una entrevista semiestruturada. Entre los resultados, se encuentra la organización de actividades de I) rescate, preservación y construcción histórica de la comunidad; II) recreación; III) discusión y movilización; y IV) diálogo con representantes de la sociedad civil y jurídica. La participación activa se refleja en I) una mayor estima de potencialización; II) más participación en la lucha misma y en las de otras comunidades; y, en consecuencia, III) mayor apertura en el proceso de concientización.

**Palabras clave:** participación; estima de lugar; actividades comunitarias; concientización.

## 1 INTRODUÇÃO

A cidade é um patrimônio construído histórico e socialmente, no entanto a sua apropriação pode se dar, por aqueles que nela vivem, de modo desigual, principalmente em decorrência da globalização e do capitalismo (MARICATO, 2013). Conforme a autora, percebe-se que a construção

<sup>1</sup> Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, Ceará, Brasil.



do espaço urbano se constitui em um processo conflitante, marcado pelo encontro de diversos interesses e visões, assim, “[...] a representação da cidade é uma ardilosa construção ideológica, na qual parte dela, a cidade da elite, toma o lugar do todo” (MARICATO, 2015, p. 83).

No que tange à cidade de Fortaleza, o espaço urbano tem sido marcado por crescentes processos de segregação socioespacial (FREITAS; PEQUENO, 2015). Historicamente, a urbanização da cidade esteve relacionada às desigualdades econômicas e sociais, manifestando-se na construção de uma cidade dividida em duas parcelas: na primeira parcela, a população rica se apropria da cidade enquanto mercadoria, usufruindo de melhores infraestruturas e acessos aos bens e serviços; e, na segunda parcela, a população pobre vive em uma cidade “ilegal”, marginalizada e afastada dos principais pontos da cidade, tais como locais de trabalho, unidades básicas de saúde, escolas, dentre outros serviços e equipamentos sociais.

Quando observamos a elaboração e o desenvolvimento de projetos urbanos, percebemos que a parcela pobre das comunidades é o alvo para as intervenções. No entanto, não são esperadas melhorias estruturais, como de saneamento básico ou de revitalização dos espaços públicos, mas essas comunidades são alvo de desapropriações para que o espaço urbano se torne mais agradável para a parte economicamente favorecida da população (FREITAS; PEQUENO, 2015). Essa reestruturação e esse embelezamento da cidade denotam forte higienização social, qualificando-se como um processo de gentrificação, em que as comunidades pobres são afastadas dos lugares de origem, intensificando a segregação socioespacial na cidade.

Quanto às remoções, em Fortaleza, há a prevalência de ações em comunidades pobres para atender, em parte, aos interesses do setor imobiliário. Como apontam pesquisas recentes, no período compreendido entre 2009 e setembro de 2017, cerca de 23 mil famílias foram ameaçadas ou removidas de suas residências em Fortaleza, com 53% dos casos sem ordem judicial ou administrativa e, em 61% dos atos, com ação violenta durante a ação de remoção (MEDEIROS, 2017).

Como exemplo dessa problemática, apresenta-se aqui o caso da comunidade Vila Vicentina da Estância. Esta comunidade remonta da primeira metade do século XX, tendo sua história ligada ao desenvolvimento do bairro onde está situada, Dionísio Torres, e a expansão da urbanização de Fortaleza (DUARTE JR., 2017). É composta por 45 edificações, sendo 44 residências de paredes conjugadas com frente para a rua e fundo para um quintal comunitário; e uma capela, localizada em uma área de alto Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), com 0,860, sendo o terceiro melhor da cidade, atrás somente dos bairros Meireles e Aldeota (IPLANFOR, 2020). Dentre as residências, três foram demolidas e cinco destelhadas em outubro de 2016; e os que permanecem no lugar vêm recebendo ameaças, por meio de pressão psicológica e assédio moral (ARAÚJO, A., 2016). Cabe salientar que essa comunidade está situada em uma área compreendida como uma Zona Especial de Interesse Social (ZEIS), um instrumento nacionalmente previsto pelo Estatuto da Cidade para combate à segregação socioespacial. Desde o Plano Diretor de Fortaleza de 2009, a Vila é chamada de ZEIS Dionísio Torres, porém a área ainda não foi regulamentada e, por atrair os interesses do setor imobiliário, corre risco de remoção (DUARTE JR., 2017; IPLANFOR, 2020).

Como meio de enfrentamento desses problemas, os moradores se organizaram em um grupo denominado Resistência Vila Vicentina, por meio do qual realizam atividades na comunidade, detalhadas mais à frente neste trabalho, a fim de conseguir visibilidade para as suas causas e criarem estratégias de enfrentamento da situação (GONDIM; ROCHA, 2019). Além de denotarem forte expressão da estima de lugar pelo ambiente em que os moradores vivem

(BOMFIM, 2010), essas ações podem ser compreendidas como atividades comunitárias (GÓIS, 2005), as quais podem influenciar no processo de conscientização (FREIRE, 1980) dos moradores, tornando-os cada vez mais ativos na participação de lutas diante das desigualdades socioespaciais, não só em sua própria comunidade, mas também em toda a cidade.

Tendo isso em vista, objetiva-se analisar integradamente a relação entre a participação em atividades comunitárias, o Índice de Estima de Lugar (IEL) e o processo de conscientização de moradores de uma comunidade ameaçada de desapropriação em Fortaleza, Ceará. A leitura teórica do fenômeno toma como base as psicologias social, comunitária e ambiental. A Psicologia Social e Psicologia Comunitária, de bases histórico-cultural, afirmam a importância da *práxis* do psicólogo pautado no compromisso ético e político, diante das opressões decorrentes das desigualdades sociais, construindo conhecimento socialmente relevante aos problemas emergentes (MARTIN-BARÓ, 2011; SAWAIA, 2009; GÓIS, 2005). A Psicologia Ambiental de vertente transacionalista (GARCIA-MIRA, 1997; BOMFIM, 2010) compreende as inter-relações entre os indivíduos e os ambientes nos processos de construção dos espaços e lugares, na apropriação do espaço e na construção da identidade de lugar, sem desconsiderar os fatores sociais e ideológicos.

## **2 A RELAÇÃO PESSOA-COMUNIDADE COM VISTAS À CONSCIENTIZAÇÃO**

O objetivo da psicologia comunitária é o desenvolvimento do sujeito comunitário, indivíduo que reconhece em si a capacidade de transformação de sua vida singular e coletiva, com vistas à emancipação (GÓIS, 2005). Para o alcance de tal objetivo, o autor aponta o desenvolvimento e a participação em atividades comunitárias como ferramenta principal para a mediação dos processos de conscientização e transformação das pessoas.

O conceito de atividade comunitária (GÓIS, 2005) se fundamenta na Teoria da Atividade de Alexis Leontiev e na Psicologia Histórico-Cultural de Lev Vygotsky, concepções teóricas que compreendem o psiquismo humano como materialidade histórica, forjado a partir da atividade exercida pelos humanos sobre o meio, num processo de transformação dialético. Ou seja, a partir da atividade, ação sobre o meio, o humano passa a modificar, conscientemente, a natureza, sendo por ela também modificado (VYGOTSKY, 2007). Com essa perspectiva, Góis (2005, p. 89) define atividade comunitária como

A atividade prática e coletiva realizada por meio da cooperação e do diálogo em uma comunidade, sendo orientada por ela mesma e pelo significado (sentido coletivo) e sentido (significado pessoal) que a própria atividade e a vida comunitária têm para os moradores da comunidade. Ela é uma rede de interações sociais, instrumental e comunicativa, direcionada para a autonomia do morador e da própria comunidade, na perspectiva do fortalecimento de uma identidade social [...] de comunitário, do desenvolvimento da consciência social e pessoal, e da construção da responsabilidade comunitária.

A atividade comunitária, por meio de suas dimensões instrumental e comunicativa, atua como mediadora no desenvolvimento da consciência dos moradores (GÓIS, 2005). Na dimensão instrumental, há a elaboração e o uso de ferramentas necessárias à transformação objetiva e ao funcionamento da comunidade; já na dimensão comunicativa, observa-se o diálogo, a expressão de sentimentos e a cooperação entre os moradores, almejando alcançar os objetivos da atividade comunitária e favorecer o desenvolvimento das relações sociais da comunidade.

A atividade comunitária também carrega consigo uma função orientadora, ao possibilitar uma melhor leitura sobre a situação. Ao desenvolver atividades comunitárias, os moradores

direcionam-se para a concretização prática de objetivos comunitários compartilhados coletivamente, podendo, ainda, obter a satisfação de interesses pessoais. Com efeito, há “[...] o fortalecimento da autonomia, da criticidade, da identidade social e do sentimento de pertença à comunidade” (XIMENES; MOURA JUNIOR, 2013, p. 465).

Outro aspecto de destaque na atividade humana é a afetividade, devendo ser considerada, no trabalho comunitário, em relação aos âmbitos da ação e da consciência (MONTERO, 2004). Na relação dialética pessoa-comunidade, o ambiente provoca emoções e sentimentos, sendo a compreensão dessa afetividade um indicador de ação de como o habitante se implica na comunidade, na cidade e na sociedade, repercutindo em uma ética cidadã (BOMFIM; DELABRIDA; FERREIRA, 2018).

Com base na Psicologia Social e na Psicologia Ambiental, Bonfim (2010) constrói a categoria estima de lugar como uma síntese do encontro da pessoa com o ambiente, expressando a afetividade decorrente dessa inter-relação, por meio de imagens e representações sociais do sujeito que revelam a sua forma de sentir, pensar, implicar-se e agir sobre seu meio. A estima apresenta-se como uma imagem do ambiente construída por meio dos significados subjetivos e coletivos, concebida como uma “[...] forma específica de conhecimento, relativa ao aspecto de significado ambiental na dimensão de emoções e sentimentos sobre o ambiente construído” (BOMFIM, 2010, p. 218), que indica um processo de apropriação, de identificação e de ação-transformação por parte de seus habitantes.

A estima de lugar pode ser potencializadora ou despotencializadora (BOMFIM, 2010). A primeira repercute no aumento da potência de ação do indivíduo (SAWAIA, 2009), podendo denotar maior implicação psicossocial e participação cidadã do indivíduo, de forma que ele se sinta capaz de lutar pelos seus direitos. Já a estima de lugar despotencializadora atua como uma potência de padecimento no indivíduo (SAWAIA, 2009), em que vivências negativas o levam a implicar-se negativamente com o ambiente, percebendo-se como incapaz de transformar a realidade, o que contribui para a manutenção da opressão.

Neste ponto, a conscientização aparece como um conceito-chave para as psicologias (MONTERO, 2004; NÓBREGA; ELIAS; FERREIRA, 2018). Este processo consiste em “[...] tomar posse da realidade [...], é o olhar mais crítico possível da realidade, que a ‘des-vela’ para conhecê-la e para conhecer os mitos que enganam e que ajudam a manter a realidade da estrutura dominante” (FREIRE, 1980, p. 29). Implicitamente, tem-se que o processo de conscientização traz em si não apenas implicações na dimensão cognitiva, mas também implicações políticas relacionadas ao modo de conhecer a realidade em que o sujeito vive (VIEIRA; XIMENES, 2008). No âmbito da Psicologia Ambiental, contribui para a reflexão sobre a relação pessoa-ambiente a partir de uma dimensão transformadora, permitindo uma análise e intervenção consistente sobre a realidade, uma vez que

[...] há uma apropriação cognitiva e afetiva das peculiaridades do ambiente ou contexto, e é por meio da conscientização que o ser humano age diretamente na realidade de forma comprometida e ética, valorizando a vida em todas as suas expressões, sendo assim agente de transformação e, logo, protagonista dos caminhos históricos daquele espaço físico e social. (NÓBREGA; ELIAS; FERREIRA, 2018, p. 33).

Em um estudo sobre atividades comunitárias, Góis (2005) observou de que modo a participação social influencia no processo de transformação da consciência (FREIRE, 1980). Aqui, a participação pode ser definida como um processo organizado, coletivo, livre, inclusivo,

na qual os diversos atores sociais atuam, em diferentes graus de compromisso, em atividades cujas realizações produzem transformações individuais e coletivas (MONTERO, 2004). Conforme a autora, a participação comunitária tem um efeito político, aumentando a responsabilidade social, que desenvolve e fortalece a sociedade civil.

Dentre os resultados encontrados, tem-se que “[...] quanto mais ativa é a participação nas atividades comunitárias, mais se evidencia a consciência transitiva (ingênua e crítica). Por outro lado, quando a participação é menos ativa, onde há pouco diálogo, predomina a consciência mágica” (GÓIS, 2005, p. 170). Os sujeitos que participam ativamente têm uma postura mais debatedora, propondo atividades coletivas aos membros da comunidade; por outro lado, aqueles membros que participam mais passivamente são pessoas mais caladas e dificilmente tecem questionamentos nos espaços de discussão.

Bomfim (2010) e Cabral (2015) encontraram resultados semelhantes quanto à relação entre participação e a estima de lugar. Conforme os autores, os sujeitos que participaram ativamente das discussões sobre seu ambiente, apropriando-se de sua comunidade, apresentaram maior IEL, denotando maior abertura ao processo de conscientização. Ademais, quando a estima de lugar está associada à participação dos moradores em associações, movimentos comunitários e sociais, etc., ela surge como um indicador da ação do indivíduo na cidade e de sua participação cidadã (BOMFIM, 2010).

Temos compreendido, então, que as atividades comunitárias e a estima de lugar repercutem em uma postura diferenciada do indivíduo em relação ao seu ambiente, levando-os, inclusive, aos processos de conscientização. Diante disso, o presente estudo analisou integradamente a relação entre a participação em atividades comunitárias, o IEL e o processo de conscientização de moradores de uma comunidade ameaçada de desapropriação em Fortaleza, Ceará.

### **3 MÉTODOS**

Trata-se de um estudo de natureza mista, realizado com 17 moradores representando 15 famílias que compõem o grupo Resistência Vila Vicentina, comunidade ameaçada de desapropriação em Fortaleza, Ceará. Participaram 14 mulheres e 3 homens que, a partir da observação participante, foram acompanhados nas atividades de resistência desenvolvidas na comunidade, no período de outubro de 2016 a maio de 2018. A pesquisa teve aprovação do Comitê de Ética da Universidade Federal do Ceará (UFC), CAAE 80786817.5.0000.5054, com o número do parecer 2.456.364. Todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e, ao serem mencionados neste estudo, foram utilizados nomes fictícios, atribuídos pelos próprios moradores.

Os participantes responderam também à Escala de Estima de Lugar do Instrumento Gerador de Mapas Afetivos (BOMFIM *et al.*, 2014), cuja análise quantitativa aponta para o IEL que o respondente tem para com o seu entorno, expressando a afetividade decorrente dessa inter-relação. O resultado da escala pode se apresentar como I) potencializador, quando o escore final é positivo, revelando fortes indicadores de pertencimento e agradabilidade em relação ao ambiente; ou como II) despoticizadora, quando o escore final é negativo, revelando fortes indicadores de percepção de destruição e insegurança no ambiente. Os índices foram relacionados aos dados da observação participante e de entrevistas semiestruturadas, em que foi questionado sobre como ocorre a participação dos moradores no movimento de resistência.

#### 4 ATIVIDADES COMUNITÁRIAS DE RESISTÊNCIA

Com intuito de permanecer em sua comunidade, os moradores se organizaram em um movimento, denominado Resistência Vila Vicentina. No período de outubro de 2016 a maio de 2018, o desenvolvimento deste estudo acompanhou diversas atividades realizadas pelos moradores, muitas das quais visavam ao aumento da visibilidade da comunidade e à atração de apoiadores para o movimento de resistência. Nesse período, foram observados os modos como os moradores participavam; e analisaram-se as implicações psicossociais no processo de conscientização. A vivência e a análise das atividades comunitárias são fundamentais para a compreensão e transformação dos indivíduos e da comunidade (GÓIS, 2005).

Dentre os resultados, foram observadas quatro categorias principais de organização de atividades comunitárias, a saber, I) resgate, preservação e construção histórica da comunidade; II) recreação; III) discussão e mobilização; e IV) diálogo com representações da sociedade civil. Cabe ainda destacar que o tipo de atividade não exerce influência na transformação na consciência, pois “[...] qualquer tipo de atividade comunitária pode levar ao desenvolvimento da consciência dos moradores” (GÓIS, 2005, p. 193).

As *atividades de resgate, construção e preservação histórica* são caracterizadas como os momentos nos quais os moradores buscam memórias, histórias, objetos, lugares e símbolos característicos do desenvolvimento da Vila, que são importantes no processo de enfrentamento das opressões (MARTIN-BARÓ, 2011). Como exemplos dessas atividades, há as oficinas de fotografia, em que os moradores andaram por toda a Vila registrando imagens significativas do lugar; as oficinas de fanzines, por meio das quais se pôde resgatar a história dos moradores com a comunidade; reapropriação dos lugares simbólicos, como a utilização do quintal comunitário e da capela para a realização de atividades compartilhadas (jogos, confraternizações, missas etc.). Como síntese dessa categoria, destaca-se o processo de levantamento de informações arquitetônicas, históricas, sociais e afetivas que deu origem ao documento “Contribuição à elaboração da instrução de tombamento municipal da Vila Vicentina da Estância” (DUARTE JR., 2017).

Nas *atividades de recreação*, tem-se os eventos desenvolvidos com o intuito de integrar os moradores e atrair apoiadores para a luta, por meio da descontração, do lazer e da celebração. Dentre elas, houve oficinas de bordado, exibição de filmes, apresentação de peças teatrais, organização de festa junina; as confraternizações de fim de ano etc. Nesses momentos, os moradores se dividiram, de modo que alguns foram responsáveis pela comunicação com “as atrações”, pelos convites e pela divulgação; outros estruturaram os espaços (limparam, pintaram, organizaram as cadeiras etc.); e outros organizaram os lanches, ações que marcam as dimensões instrumental e comunicativa da atividade comunitária.

Nas *atividades de discussão e mobilização*, a dimensão comunicativa da atividade comunitária se destaca, uma vez que os moradores discutem o andamento do caso da comunidade, fazendo o levantamento de suas conquistas e a projeção dos próximos passos na Resistência. Vieira e Ximenes (2008) apontam a importância do diálogo como ferramenta do processo de conscientização, uma vez que, ao reconhecer a importância do direito à palavra, por parte do outro, há uma interação que proporciona a participação de todos, dando a possibilidade de que todos construam a história coletivamente. Nessa categoria, há o envolvimento dos moradores em reuniões internas e em reuniões externas, com os apoiadores, com o intuito de organizar novas

atividades para a comunidade, a fim de contribuir para as mobilizações. Dentre as atividades, destacaram-se as Assembleias Populares da Cidade, nas quais diversas comunidades se organizam para discutir situações de descaso e opressão em seus contextos (ações de desapropriação, falta de saneamento, violência, destruição de lugares simbólicos, questões ambientais etc.), buscando construir alternativas para transformá-las e criar mobilizações (como atos, participações em audiências públicas, por exemplo), a fim de pressionar as entidades públicas por mudanças.

Por fim, as *atividades de diálogo com representações da sociedade civil e jurídica* voltam-se para o contato direto com as entidades públicas, exigindo posicionamento delas diante do caso da Vila. Dentre as temáticas, discutiram a regulamentação das Zonas Especiais de Interesse Social; a regulamentação de posse das casas por parte dos moradores; a efetivação do processo de tombamento, buscando diálogo com o Instituto de Planejamento de Fortaleza (IPLANFOR), a Fundação de Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza (HABITAFOR) e a Secretaria de Cultura de Fortaleza (SECULTFOR). Dentre as atividades, destacaram-se as audiências públicas sobre a demolição das casas da comunidade, realizada em conjunto pelas Comissões de Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa e de Direitos Humanos da Câmara Municipal de Fortaleza (9 de dezembro de 2016), e sobre as remoções no Município de Fortaleza, realizada em conjunto com as Comissões de Direitos Humanos da Câmara Municipal de Fortaleza e da Assembleia Legislativa (1º de dezembro de 2017). É importante salientar que as audiências públicas têm servido como importante instrumento de luta e efetivação de direitos, principalmente por constituir-se como uma prática participativa e democrática entre os diversos atores sociais, almejando um debate crítico e reflexivo sobre os problemas de interesse social (CÉSAR, 2011).

Conforme Gondim e Rocha (2019), as atividades da Resistência têm sido exitosas, tanto no alcance de mecanismos legais de defesa do direito à cidade como na participação em outros movimentos sociais que lutam pela permanência na cidade e pelo acesso a bens e serviços básicos de urbanização. Com o suporte dos apoiadores externos (representantes de movimentos sociais, estudantes e pesquisadores de diversas universidades) e o alcance dos movimentos da internet – principalmente a partir das publicações da página on-line Resistencia Vila Vicentina no Facebook –, os moradores têm conseguido resistir, reivindicar e ganhar ânimo para continuar a luta por permanência (ROCHA, 2017). Ademais, os moradores têm alcançado algumas vitórias, dentre elas, destacam-se o tombamento provisório (DUARTE JR., 2017) e a inclusão da comunidade como uma das dez ZEIS prioritária para a regulamentação, atualmente em processo de elaboração do Plano Integrado de Regularização Fundiária (IPLANFOR, 2020). Além disso, a Resistência Vila Vicentina, em 2017, ganhou da Defensoria Pública do Estado do Ceará um prêmio por “Experiências Exitosas em Assentamentos Informais de Fortaleza”.

## **5 RESISTÊNCIA VILA VICENTINA: PARTICIPAÇÃO, ESTIMA DE LUGAR E CONSCIENTIZAÇÃO**

Góis (2005) aponta que o ato de participar de atividades comunitárias não está relacionado às variáveis como escolaridade, ocupação laboral, gênero, idade ou estado civil, mas é consequência de fatores materiais, sociais e afetivos. Neste sentido, muitas vezes, os moradores participam de atividades em decorrência das identificações com a problemática, a partir das relações de amizade, pelos convites do vizinho etc. Com efeito, tem-se que, independentemente de variáveis sociodemográficas, para analisar as implicações psicossociais

da atividade comunitária na consciência pessoal do morador, é necessário avaliar o modo como o morador participa e o papel que ele desempenha nas atividades, compreendendo que as transformações somente ocorrem por meio da problematização em grupo, do diálogo-ação e da prática de liderança (GÓIS, 2005).

No que diz respeito à relação pessoa-ambiente, Bomfim (2010) afirma que a estima de lugar aumenta conforme os moradores estão há mais tempo residindo no lugar, provavelmente por conta do sentimento de pertencimento à comunidade. Em consequência, pode-se haver mais inclinação, por parte do morador, a participar de questões pertinentes à vida comunitária.

Com base nas informações da observação participante, entrevistas e Escala de Estima de Lugar, foi possível analisar o modo de participação dos moradores, as implicações na estima de lugar e os processos de conscientização dos moradores. O Quadro 1, a seguir, apresenta as variáveis gênero, idade, modo de participação e IEL:

Quadro 1 – Participação na Resistência e Estima de Lugar

Nome	Sexo	Idade	Participação na Resistência	IEL
Capitã	F	59	<i>“Sim, da Resistência Vila Vicentina. Ele [o movimento] se localiza dentro da própria Vila. Estou encabeçando esse movimento participando de audiências públicas na Assembleia Legislativa, na Câmara Municipal, na Defensoria Pública, no Ministério Público. Participando do movimento Frente de Luta por Moradia Digna. Participando de Assembleias Populares pelo Direito à Cidade. Promovendo atividades que possam proporcionar visibilidade a nossa causa.”</i>	45
Zezé	F	81	<i>“Eu só não vou pra essas assembleias, audiências, porque não posso, por conta das minhas pernas.”</i>	43
Gordinha	F	62	<i>“Participo do grupo da resistência, aqui mesmo na Vila. A gente frequenta reuniões, eventos e audiências públicas.”</i>	39
Luciana	F	55	<i>“No grupo da Resistência, na capela. Participo das reuniões.”</i>	32
Margarida	F	58	<i>“Quando tem um evento, a gente ajuda. Tem uma taxa que a gente ajuda também.”</i>	30
Cláudia	F	62	<i>“Eu vou para as reuniões. No começo eu ia para todas, mas agora o J. deixou de ir por causa do trabalho, aí vou menos, mas pretendo continuar indo.”</i>	29
Aline	F	25	<i>“Reuniões e tudo que tem na Vila.”</i>	19
Patrícia	F	67	<i>“O grupo da Vila. Minha participação é regular, porque não vou [a] todas as coisas.”</i>	21
J.	M	67	<i>“Grupo de Resistência, se localiza aqui na Vila.”</i>	22
Véi	M	68	<i>“Sim. Todo movimento da Vila, nas reuniões, na hora que a Capitã da Vila chama, eu vou. Ela é a capitã [...] aqui na Vila.”</i>	18
Eunice	F	81	<i>“Eu vou para poucas coisas que tem. Sou da resistência, mas não tenho muito tempo e não sou mesmo dessas coisas.”</i>	18
Cida	F	44	<i>“Depois de tudo que aconteceu, a gente se reuniu e fez o grupo da resistência, os moradores que querem ficar. O grupo se localiza na Vila Vicentina e tudo que acontece eu participo e é muito bom.”</i>	15
Maria	F	57	<i>“Participo, mas não muito frequente. Às vezes, estou trabalhando e não dá pra participar.”</i>	14



Nome	Sexo	Idade	Participação na Resistência	IEL
Zil	F	49	<i>“Grupo vicentino aqui na vila da Estância.”</i>	06
Marília	F	75	<i>“Quase não vou pra reunião.”</i>	-08
Sorrisão	F	37	<i>“Não muito, porque trabalho e fico sem tempo para participar do movimento.”</i>	-09
Filho	M	37	<i>“Participo do grupo Resistência Vila Vicentina, que luta por moradia. Minha participação é permanente nas movimentações do grupo.”</i>	-11

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Como mostra no Quadro 1, dentre as dez (10) estimas de lugar mais elevadas, oito (8) são de mulheres. Outro ponto a salientar é que, dentre os 17 moradores que participaram da pesquisa, 13 têm mais de 50 anos, sendo estes também, prevalentemente, os de estima mais elevada, corroborando Bomfim (2010). Pontua-se que essa expressiva participação de mulheres, principalmente idosas, decorre da própria origem da comunidade. Inicialmente, a moradia na Vila Vicentina era oferecida para mulheres viúvas pobres que não tinham onde morar nem condições para se manterem na cidade. Com o passar dos anos, algumas idosas casaram-se novamente; outras morreram, mas seus filhos permaneceram na comunidade; outras mulheres (nem idosas nem viúvas, mas pobres) foram chegando à Vila, trazendo marido e filhos.

Essas transformações foram alterando as configurações dentro da comunidade, mas, ainda assim, são os mais velhos, em especial as mulheres, aqueles que mais têm papel representativo de liderança e que defendem a permanência. No que diz respeito à participação masculina, muitos homens, jovens e idosos, compõem também o movimento de resistência, no entanto não costumam participar das atividades comunitárias por, algumas vezes, considerarem “atividades femininas”.

Aprofundando sobre as relações entre a estima de lugar e a participação em atividades comunitárias, pode-se destacar o caráter de transformação da consciência dos moradores, por meio do processo de conscientização. No processo de transição/transformação da consciência dos indivíduos, Freire (1980) aponta três tipos de consciência das pessoas e os modos de leitura e análise da realidade, a saber, consciência semi-intransitiva; transitiva ingênua; e transitiva-crítica. Ao falar sobre a transitividade da consciência, destaca-se que Freire (1980) não acreditava em uma consciência intransitiva, pois considera o humano como um ser aberto e a intransitividade representaria um descompromisso com as transformações da existência.

A consciência semi-intransitiva configura-se como um modo rígido e estático, com que o indivíduo apreende a realidade de maneira cristalizada e terminada. Nas leituras dos fenômenos sociais, as pessoas com essa consciência não se veem capazes de promover a transformação social, atribuindo, portanto, a responsabilidade a instâncias superiores (FREIRE, 1980). Com a análise dos dados quantitativos e das entrevistas, observa-se que as estimas mais baixas, ainda que potencializadoras, relacionam-se com a pouca participação dos moradores nas atividades comunitárias, como mostra o Quadro 2.

Quadro 2 – Baixa participação, estima de lugar e consciência semi-intransitiva

Nome	Sexo	Idade	Participação na Resistência	IEL
Maria	F	57	<i>“Participo, mas não muito frequente. Às vezes, estou trabalhando e não dá pra participar.”</i>	14
Zil	F	49	<i>“Grupo vicentino aqui na vila da Estância.”</i>	06
Marília	F	75	<i>“Quase não vou pra reunião.”</i>	-08
Sorrisão	F	37	<i>“Não muito, porque trabalho e fico sem tempo para participar do movimento.”</i>	-09
Filho	M	37	<i>“Participo do grupo Resistência Vila Vicentina, que luta por moradia. Minha participação é permanente nas movimentações do grupo.”</i>	-11

Fonte: Elaborado pelos autores.

Inicialmente, esses resultados parecem configurar uma estima de lugar despotencializadora. No entanto, ao serem analisados junto das entrevistas, torna-se mais adequado qualificá-los como uma estima se despotencializando, pois ainda há indicadores afetivos que denotam muita identificação e prazer com a comunidade, os quais ainda os motivam a resistir.

Quando questionada sobre como se sente no atual momento da Vila, Marília (IEL-08) responde: *“Fico calada, não sou de brigar. E eu vou brigar com os outros por isso? Devemos rezar e pedir pra ficar”* (Entrevista de Marília), denotando certa passividade e crença de que um ente superior poderá resolver seu problema, características da estima despotencializadora e do fatalismo (MARTIN-BARÓ, 2011). A despotencialização, nesse caso, decorre das rachaduras e infiltrações em sua casa, indicadores da percepção de destruição avaliada pela escala. Marília teme que sua casa caia, uma vez que *“[...] o que segura uma casa é outra casa”*, e a casa conjugada à dela fora demolida. No caso de Sorrisão (IEL-09), por morar sozinha, receia por sua segurança e pela possibilidade de que, quando estiver trabalhando, sua casa seja derrubada, o que revela aspectos de insegurança avaliada pela escala.

Outro aspecto de atenção nos dados diz respeito à participação de Filho (IEL-11). Este é o segundo mais jovem (37 anos) e a sua *“[...] participação é permanente nas movimentações do grupo”*, no entanto, pouco participou das movimentações externas (assembleias, audiências etc.) em decorrência do trabalho. Em sua entrevista, Filho faz uma representação da Vila como uma balança *“[...] onde existe diversos corações que são as pessoas que amam a Vila Vicentina. Do outro lado, as pessoas que amam o dinheiro. No meio, a Justiça, que observa os acontecimentos e nada faz. Estão do lado da balança, existe os que amam a Vila, de outro os que querem destruir a Vila”* (Entrevista de Filho). Observa-se determinada abertura no processo de conscientização do morador, mas suas análises ainda apresentam argumentação frágil. Neste caso, o índice de estima negativo parece estar relacionado à percepção de insegurança quanto à permanência na comunidade.

A consciência transitiva ingênua se caracteriza pela simplicidade na interpretação dos problemas, cujos debates sobre a sociedade são marcados por uma compreensão parcial, com base em modelos descontextualizados e posturas assistencialistas (FREIRE, 1980). Por meio dessa consciência, a pessoa avalia o passado como melhor que o presente, utiliza explicações fabulosas, denotando fragilidade na argumentação. Essas características foram constatadas em moradores que já participavam medianamente das atividades, normalmente observando o que acontecia, sem expressarem suas ideias, como se pode verificar no Quadro 3:

Quadro 3 – Média de participação, estima de lugar e consciência transitiva ingênua

Nome	Sexo	Idade	Participação na Resistência	IEL
Margarida	F	58	<i>“Quando tem um evento, a gente ajuda. Tem uma taxa que a gente ajuda também.”</i>	30
Cláudia	F	62	<i>“Eu vou para as reuniões. No começo eu ia para todas, mas agora o J. deixou de ir por causa do trabalho, aí vou menos, mas pretendo continuar indo.”</i>	29
Aline	F	25	<i>“Reuniões e tudo que tem na Vila.”</i>	19
Patrícia	F	67	<i>“O grupo da Vila. Minha participação é regular, porque não vou [a] todas as coisas.”</i>	21
J.	M	67	<i>“Grupo de Resistência, se localiza aqui na Vila.”</i>	22
Véi	M	68	<i>“Sim. Todo movimento da Vila, nas reuniões, na hora que a Capitã da Vila chama, eu vou. Ela é a capitã da aqui na Vila.”</i>	18
Eunice	F	81	<i>“Eu vou para poucas coisas que tem. Sou da resistência, mas não tenho muito tempo e não sou mesmo dessas coisas.”</i>	18

Fonte: Elaborado pelos próprios autores.

As falas de Véi (IEL 18), Eunice (IEL 18), Patrícia (IEL 21) e Margarida (IEL 30) mostram que, embora eles busquem participar dos eventos e apresentem índices de estima de lugar potencializadores, atribuem ainda maior responsabilidade pela luta a outros moradores e/ou participam parcialmente das atividades. Ao ser questionado sobre como se sente na comunidade, Véi afirmou “[...] ficar tranquilo, porque ameaça é muito ruim. Quem quer ser ameaçado por imobiliária? Imobiliária tem seu dinheiro e quer ser dona da lei” (Entrevista de Véi). Eunice apresenta também características semelhantes, participando de poucas atividades, pois “[...] não sou mesmo dessas coisas [resistência, mobilização]” (Entrevista de Eunice).

Por fim, a consciência transitiva-crítica se expressa pela profundidade na análise dos problemas, substituindo as explicações mágicas por princípios causais. Os indivíduos testam os “achados”, dispendo-se sempre a revisões, despendo-se de preconceitos a fim de evitar deformações. Por meio dessa consciência, o indivíduo apresenta-se de forma ativa, questionadora, marcada pelo diálogo (FREIRE, 1980). Na Vila, as maiores estimas de lugar são de Capitã (IEL 45), Zezé (IEL 43) e Gordinha (IEL 39), como mostra o Quadro 4:

Quadro 4 – Alta participação, estima de lugar e consciência transitiva-crítica

Nome	Sexo	Idade	Participação na Resistência	IEL
Capitã	F	59	<i>“Sim, da Resistência Vila Vicentina. Ele se localiza dentro da própria Vila. Estou encabeçando esse movimento participando de audiências públicas na Assembleia Legislativa, na Câmara Municipal, na Defensoria Pública, no Ministério Público. Participando do movimento Frente de Luta por Moradia Digna. Participando de Assembleias Populares pelo Direito à Cidade. Promovendo atividades que possam proporcionar visibilidade a nossa causa.”</i>	45
Zezé	F	81	<i>“Eu só não vou pra essas assembleias, audiências, porque não posso, por conta das minhas pernas.”</i>	43
Gordinha	F	62	<i>“Participo do grupo da resistência, aqui mesmo na Vila. A gente frequenta reuniões, eventos e audiências públicas.”</i>	39

Fonte: Elaborado pelos próprios autores.

Quanto ao desenvolvimento e à participação das atividades, Capitã (IEL 45) e Gordinha (IEL 39) estão sempre presentes, tanto na Vila como em eventos externos. Esses dados corroboram os estudos que indicam que a participação ativa em movimentos sociais aumenta a estima de lugar (BOMFIM, 2010; CABRAL, 2015). A primeira moradora descreve sua participação como se estivesse

*[...] encabeçando esse movimento participando de audiências públicas na Assembleia Legislativa, na Câmara Municipal, na Defensoria Pública, no Ministério Público. Participando do movimento Frente de Luta por Moradia Digna. Participando de Assembleias populares pelo Direito à Cidade. Promovendo atividades que possam proporcionar visibilidade a nossa causa.* (Entrevista de Capitã).

Somente essas três moradoras relataram participação e/ou conhecimento sobre as audiências públicas, podendo denotar maior compreensão acerca da importância deste instrumento de participação social (CÉSAR, 2011). Ainda, dentre as três, somente Capitã e Gordinha relataram participar das atividades categorizadas como de IV) diálogo com representações da sociedade civil e jurídica. Quando questionada sobre como as ameaças de desapropriação mudaram seu dia a dia, Capitã afirmou ter sido *“De forma drástica. Como já perdi pai, mãe, todos os meus irmãos, já sou idosa e solteira, sem filhos, assalariada, como eu mesma me manteria pagando aluguel em um lugar de igual qualidade da Vila Vicentina?”* (Entrevista de Capitã), trazendo uma avaliação ampla de sua realidade.

Por outro lado, mesmo buscando participar das atividades e tendo a segunda maior estima de lugar, Zezé apresentou uma leitura fantasiosa e fatalista da realidade da Vila. Quando indagada sobre as mudanças na comunidade, a moradora relatou que *“Mudou um pouco porque a gente fica encabulada de chegar bem ali, perto das pessoas que a gente conhecia e agora não fala. [...] O resto a gente entrega a Deus”* e que, embora esteja em um contexto de ameaças de remoção, sente-se *“Bem, só esperando a vitória. Rezando. Maria [santa] tá ali na frente”* (Entrevista de Zezé).

Essas características contraditórias e dialéticas do processo de conscientização, principalmente observadas em Zezé e Filho, corroboram Góis (2005), uma vez que não é porque o morador participa de todas as atividades que ele apresenta elevada consciência. No entanto, o movimento de participação e a busca por informações são bons indicadores da transitividade no processo de conscientização. Ademais, salienta-se que a conscientização não deve ser compreendida em uma dimensão moral, pois não caberiam, no processo, concepções moralizantes e cristalizadas sobre “melhores ou piores” formas de sentir, pensar e atuar (VIEIRA; XIMENES, 2008). A conscientização, na verdade, conserva uma característica de constantes mudanças que acompanha o movimento das transformações culturais coletivas e individuais.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A participação ativa em atividades comunitárias repercute em uma estima potencializadora elevada, proporcionando maior engajamento em processos voltados para o resgate de aspectos históricos da comunidade, fortalecimento de vínculos e a integração dos moradores à luta de outras comunidades que também sofrem com as desigualdades. Consequentemente, observamos uma forte relação entre o índice de estima de lugar, o desenvolvimento de atividades comunitárias e os processos de transformação da consciência. Com efeito, a participação em atividades da comunidade favorece o vínculo, a expressão potencializadora da afetividade e a implicação do

morador com a comunidade, aumentando a potência de ação em uma direção à emancipação humana.

A resistência aqui abordada não diz respeito somente à recusa por sair da comunidade, mas também à resistência como busca pela autoafirmação enquanto morador, resistência como luta pela preservação da identidade (pessoal e coletiva), resistência como resposta aos modos de segregação na construção do espaço urbano, resistência como movimento de continuar existindo como idoso-guardião da memória cultural e social, resistência como implicação psicossocial do empoderamento do cidadão. Todas essas resistências trazem uma perspectiva participativa e transformadora, movida, além dos aspectos estruturais, econômicos, sociais, culturais, por aspectos psicológicos presentes nos modos de sentir, pensar e agir.

Por fim, destaca-se a participação das moradoras da Vila. A luta dessas moradoras não denota somente uma luta por deixar de pé as paredes de suas casas, mas representa, também, uma luta feminina pela visibilidade do lugar de idosa na cidade, resgatando seus papéis sociais pautados na autonomia e no respeito aos seus conhecimentos históricos, culturais e sociais. Ao que parece, diferentemente do que costumamos ouvir, ser revolucionário não é somente para os jovens.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Amanda. Casas de vila na Aldeota são demolidas e moradores protestam. *O Povo*, Fortaleza, 28 out. 2016. Disponível em: <http://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2016/10/casas-de-vila-na-aldeota-sao-demolidas-moradores-protestam.html>. Acesso em: 14 set. 2017.

BOMFIM, Zulmira. *Cidade e afetividade: estima e construção dos mapas afetivos de Barcelona e São Paulo*. Fortaleza: UFC Edições, 2010.

BOMFIM, Zulmira *et al.* Affective maps: validating a dialogue between qualitative and quantitative methods. In: GARCIA-MIRA, Ricardo; DUMITRU, Adina (Ed.). *Urban Sustainability: innovative spaces, vulnerabilities and opportunities*. A Coruña, ESP: Deputación da Coruña & Instituto de Investigación Xoa Vicente Viqueira, 2014. p.131-48.

BOMFIM, Zulmira; DELABRIDA, Zenith; FERREIRA, Karla Emoções e afetividade ambiental. In: CAVALCANTE, Sylvia; ELALI, Gleice (Org.). *Psicologia Ambiental: conceitos para a leitura da relação pessoa-ambiente*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018. p. 60-74.

CABRAL, Daniel. Relação afetiva pessoa-ambiente na Praia do Canto Verde: processo de participação comunitária. 2015. 236 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, 2015.

CÉSAR, João Batista Martins. A audiência pública como instrumento de efetivação dos direitos sociais. *Revista do Curso de Mestrado em Direito – RVMD*, Brasília, v. 5, n. 2, p. 356-84, jul./dez. 2011.

DUARTE JR., Romeu. *Contribuição técnica ao tombamento municipal da Vila Vicentina da Estância, em Fortaleza-CE*. Fortaleza: [s.n.], 2017. 57 p.

FREIRE, Paulo. *Conscientização: teoria e prática da libertação*. São Paulo: Moraes, 1980.

FREITAS, Clarissa; PEQUENO, Luís Renato. Produção habitacional na Região Metropolitana de Fortaleza da década de 2000: avanços e retrocessos. *Estudos Urbanos e Regionais*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 45-59, abr. 2015.

GÓIS, César Wagner de Lima. *Psicologia Comunitária: atividade e consciência*. Fortaleza: Publicações Instituto Paulo Freire de Estudos Psicossociais, 2005.

GONDIM, Linda; ROHA, Aline. Repertórios de confronto em movimentos sociais urbanos: os casos da Resistência Vila Vicentina e do Quem Dera Ser um Peixe, em Fortaleza-CE, *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, v. 50, p. 365-407, 2019.

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO DE FORTALEZA [IPLANFOR]. *Diagnóstico Socioeconômico, histórico-cultural, arquitetônico e fundiário (ZEIS Dionísio Torres)*. Fortaleza: IPLANFOR, 2020.

MEDEIROS, Aline. Mais de 1.440 famílias removidas em Fortaleza só este ano. *Laboratório de Estudos da Habitação – UFC*. Fortaleza, 8 dez. 2017. Disponível em: <http://www.lehab.ufc.br/wordpress/?p=646>. Acesso em: 18 maio 2018.

MARICATO, Ermínia. É a questão urbana, estúpido! In: MARICATO, Ermínia et al. *Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013. p. 32-46.

MARICATO, Ermínia. *Para entender a crise urbana*. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. Desafios e perspectivas da Psicologia Latino-Americana. In: GUZZO, Raquel.; LACERDA JR., Fernando. *Psicologia Social para América Latina: o resgate da Psicologia da Libertação*. Campinas, SP: Alínea, 2011. p. 199-220.

GARCIA-MIRA, Ricardo. Aportación de la psicología ambiental. In: GARCIA-MIRA, Ricardo. *La ciudad percibida: una psicología ambiental de los barrios de A Coruña*. Universidad da Coruña, 1997. p. 25-36.

MONTERO, Maritza. *Introducción a la Psicología Comunitaria: desarrollo, conceptos y procesos*. Paidós: Buenos Aires, 2004.

NÓBREGA, Lana; ELIAS, Terezinha; FERREIRA, Karla. Conscientização. In: CAVALCANTE, Sylvia; ELALI, Gleice (Org.). *Psicologia Ambiental: conceitos para a leitura da relação pessoa-ambiente*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018. p. 26-35.

ROCHA, Aline. Direito à cidade, patrimônio e redes de mobilização: o caso do movimento Resistência Vila Vicentina, em Fortaleza-CE. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA – SIMPURB, 15., 20 a 23 nov. 2017, Salvador, BA. *Anais [...]*. Salvador: UFBA, 2017.

SAWAIA, Bader Burihan. Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social. *Psicologia & Sociedade*, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 364-72, dez. 2009. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-71822009000300010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822009000300010&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 8 jul. 2020.

VIEIRA, Emanuel; XIMENES, Verônica. Conscientização: em que interessa este conceito à Psicologia? *Psicologia Argumento*, Curitiba, v. 26, n. 52, p. 23-33, 2008.

VYGOTSKY, Lev. *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

XIMENES, Veronica Moraes; MOURA JR., James Ferreira. Psicologia Comunitária e Comunidades Rurais do Ceará: caminhos, práticas e vivências em extensão universitária. In: LEITE, Jader Ferreira; DIMENSTEIN, Magda (Org.). *Psicologia e contextos rurais*. Natal: EDUFRN, 2013.

**Sobre os autores:**

**Fábio Pinheiro Pacheco:** Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Psicologia na Universidade Federal do Ceará. Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Psicólogo pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). **E-mail:** pfabiopinheiro@gmail.com, **Orcid:** <https://orcid.org/0000-0003-4139-1506>

**Zulmira Aurea Cruz Bomfim:** Pós-doutora pela Universidade da Coruña, Espanha. Doutora em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Mestre em Psicologia pela Universidade de Brasília (UnB). Professora titular do Programa de Pós-Graduação de Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC). **E-mail:** zulaurea@gmail.com, **Orcid:** <https://orcid.org/0000-0002-1874-8821>

